

Os historiadores do Ceará

EDUARDO DIATAHY B. DE MENEZES (*)

Preliminares

Início com uma suposição puramente hipotética e meio fantasiosa. O que não significa esteja ela inteiramente desprovida de algum sentido e de real fundamento. Quando, na década de 30 do período quinhentista, D. João III resolveu lotear a conquista de Portugal no Novo Mundo entre seus fidalgos e vassalos com cabedal para aquela aventura, a parte que no futuro constituiria o território do Ceará foi retalhada de modo que uma porção tocou a Antônio Cardoso de Barros, o qual, por relapso ou por outra razão, desistiu de vir tomar posse do que lhe fora doado. Outras porções couberam a João de Barros; este ensaiou a conquista de seus territórios, mas malogrou no intento. É aqui que se instala a minha suposição: se João de Barros – que era escritor e tinha altas funções nos negócios da Coroa portuguesa, que era historiador e se tornou célebre autor das *Décadas da Ásia* (1552) e de outras obras do gênero – tivesse tido êxito em seu empreendimento, o Ceará teria nascido sob o signo da Historiografia.

Historiografia é termo semanticamente rico e possui pelo menos duas acepções básicas. Significa primeiramente o próprio labor dos historiadores, o ato de escritura da História, o esforço de reconstituição da trajetória humana, de sua documentação, de preservação da memória coletiva e do seu patrimônio, de suas construções, destruições e transformações, etc. Doutra parte, historiografia é o estudo sistemático dessa produção histórica, a

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

crítica de sua validade e tendências, sua heurística e sua hermenêutica, as teorias que dão rumo a esse processo incessante de reelaboração de nosso percurso no tempo.

«Nossos Antigos: Bons, Burros e Bravos»

Em metáforas saborosamente singelas, mestre José Honório Rodrigues¹, quem mais possuía esse saber historiográfico, assevera que D. Diogo Botelho e D. Diogo de Meneses são os padrinhos de nascimento do Ceará para a História: ao primeiro devemos a expedição dirigida por Pêro Coelho em 1603 para conquista da capitania, e ao segundo os inícios da colonização efetivada por Soares Moreno, seu real fundador com o fortim de 1611. Entre os dois, o Ceará foi batizado pelo sangue de um sacrificado: o missionário jesuíta Francisco Pinto. Esta terra ficou ligada inicialmente ao Estado do Maranhão e depois foi subordinado à capitania de Pernambuco, de que só se tornaria independente em fins do século XVIII pela Carta Régia de 17 de janeiro de 1779.

Em 1612, Diogo de Campos Moreno, Sargento-Mor do Estado do Brasil, em seu *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, descrevia com realismo e marcava com lucidez o destino de nossa área:

«A terra de esta capitania geralmente he terra fraqua, mais para gados e criações que para canaviais e roças; e às vezes faltão nelas chuvas, mas tem muytas partes em que se podem fazer fazendas, ainda que as agoas são rastra.ras [rasteiras] e os matos não são de madeiras tão reais como os da prabiba [Paraíba], mas não faltão as que oje podem ser necess.as [necessárias], lenhas não faltarão nunca.»²

¹ V. seu belo ensaio «O Ceará a sua Historiografia», em seu livro: *Notícia de Vária História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951, pp. 161-209. Republicado com alterações, como «Introdução» ao seu *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará* (Tomo I a LXVIII). Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1959.

² Cf.: *Livro que Dá Razão do Estado do Brasil – 1612*. Edição crítica, com introdução e notas de Hélio Vianna. Recife: Comissão das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana, Arquivo Público Estadual, 1955, p. 210.

Inícios do século XIX, ao descrever o Ceará em 1816, apontava o Ouvidor José Antônio de Rodrigues de Carvalho as razões de nosso pouco progresso, dentre as quais destacava:

*«a facilidade de se manter o furto de gados, a freqüência de crimes de morte, que perde logo dois homens, o morto e o agressor, que ordinariamente escapa não só pela fugida e dificuldade de se apanhar nos longos matos, mas pela indiferença com que os habitantes olham para o crime de morte e a prontidão com que acoitam e dão passagem aos inimigos.»*³

No tempo que medeia estes dois balizamentos, quase todos os documentos disponíveis atestam a dureza e o caráter agonístico de nossa saga histórica na construção desta província. Os condicionamentos geográficos, etnográficos e econômicos conduziram nossa história sociopolítica por uma trilha marcada pelo Sertão e as secas, o criatório e o gado, pela coragem, força e violência, pelo crime e o sangue, pelo sacrifício e o misticismo. Foi a ousadia de nossos antepassados, enfrentando com brutalidade a resistência feroz dos seus primevos ocupantes, que caldeou uma nova cultura nesse espaço inóspito e desafiante. Gente mesclada, foram esses os nossos ancestrais, que João Brígido qualificou maliciosamente de *«bons, burros e bravos»*.⁴

Nossos historiadores e sua historiografia

Mas se foi assim indigente a sua construção real, fortemente marcada no tempo e no espaço por peculiaridades inauditas, não foi pequena a sua riqueza mental, no plano simbólico de seu imaginário e, portanto, maiores as suas singularidades. Neste do-

³ «Descrição geographica abreviada da capitania do Ceará», *Revista do Instituto do Ceará*, t. XII, 1898, p. 13.

⁴ BRÍGIDO, João: *O Ceará (lado cômico) – ad ridendum*. Algumas chronicas e episódios. Ceará. Fortaleza: Edictor Louis C. Cholowiecki, 1899, p. 51.

mínio, o Ceará é invenção sobretudo de Alencar que, com seu poema *Iracema*, fez de sua província a única do país a possuir sua epopéia fundadora. Não obstante, se abundamos em criações do espírito, numa como compensação de nossa pobreza material, em nenhum outro domínio nos excedem como na produção historiográfica. José Honório Rodrigues, autoridade incontestada na área, afirma taxativo:

*«O Ceará é o Estado brasileiro que produziu a melhor historiografia regional, a melhor revista histórica, os maiores historiadores no campo regional e brasileiro, Studart e Capistrano.»*⁵

Se temos sido, segundo parece, assim ricos em manifestações nas letras, como explicar que dentre estas seja a historiografia a sua expressão de maior relevo? A tal ponto que mesmo seus ficcionistas com freqüência se desdobram em historiadores, ou o inverso. O próprio Capistrano de Abreu, que conhecia o ofício, assinalava o Ceará como: *«dos Estados do Norte, quicã de todos da União, o que com mais afinco se entrega ao estudo de suas coisas passada»*⁶. Não é fácil achar explicação plausível e suficiente para o fato. E essa discussão me levaria para longe do meu desiderato aqui. Além disso, o espaço de que disponho não permitiria aprofundar a reflexão.

Noutros termos, a curta exposição que se seguirá sobre a historiografia cearense possui o caráter de mera notícia. Sequer poderei examiná-la em sua inteireza. Limitar-me-ei a indicar seus momentos mais relevantes e seus historiadores mais representativos, sem descer ao exame de suas obras, do seu conteúdo, de suas contribuições e achados. Sem desconhecer que os cumes elevados implicam vales e planícies, darei apenas um esboço perfunctório.

O Ceará nasce para a elaboração de sua História sobretudo na década de 1850 e 1860. *Grosso modo*, é possível encarar a sua historiografia como uma travessia que possui até agora três

⁵ Cf.: *Índice Anotado da RIC...*, op. cit., p. 39.

⁶ Em seu artigo «Sobre uma história do Ceará», *Revista do Instituto do Ceará*, t. 13, p. 22.

períodos mais salientes: **o primeiro**, o dos pioneiros e desbravadores, é este que começa na metade do séc. XIX e vai até 1887, ano da fundação do **Instituto do Ceará**. A **segunda fase**, sem dúvida a mais fecunda de sua construção, começa com a criação do **Instituto** e vai até a institucionalização universitária, no Brasil, das Ciências Sociais (e, portanto, dentre estas a História), na década de 30 do século XX. No Ceará, porém, só começa a dar novos frutos com o programa nacional de pós-graduação nos anos 60 e 70. O **terceiro período**, enfim, é justamente este que aí se inicia e que parece caracterizar-se por uma produção historiográfica que provém em particular de dissertações e teses acadêmicas, fruto de uma metodologia mais sistemática, de novos instrumentos de análise e recursos institucionais, de uma verticalidade monográfica, e de um esforço interpretativo que busca incorporar uma interdisciplinaridade teórica que forneça quadro mais amplo para o arranjo e significação dos materiais pesquisados. Além dessas marcas epistemológicas e técnicas, novas temáticas passaram a constituir objeto de estudo histórico, enfatizando-se, dentre outros aspectos, o cotidiano e a dimensão cultural, sem desprezar a economia, deixando porém a política de ser a espinha dorsal da História e estiolando-se as tentativas de elaborar grandes sínteses. O certo é que nos últimos 30 anos, a história sociocultural deu os melhores frutos da produção em nossas Ciências Humanas.

a) Primeiro Período

Talvez esteja no caráter agonístico do cotidiano do povo cearense a origem de tão extrema dedicação de sua inteligência para a produção historiográfica. José Honório Rodrigues argumenta aliás que não são só os grandes feitos que alimentam tal inquietação, visto que a dramaticidade desse cotidiano torna inevitável a pesquisa histórica para compreensão do curso real da existência. Não são apenas – diz ele – o brilho de uma vitória guerreira ou o amargor de uma derrota que suscitam o exame de suas causas, nem o cotidiano jamais foi razão de esterilidade histórica. Ao contrário, daí nasceu a história econômica e social.

E a década do século XIX assinalada acima como a do nascimento de nossa historiografia foi uma época de secas pavorosas, quando o Imperador nomeou a célebre Comissão Científica que veio da Corte para estudá-las. Mas aqui mesmo, antes disso, nascia a nossa elaboração histórica com uma figura desmesurada de sábio, que foi o **Senador Pompeu**, ou Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877). Nascido em Santa Quitéria, aí iniciou sua formação com o pai. Em Sobral, completou estudos fundamentais, seguindo depois para Pernambuco, onde se matriculou na Academia de Direito e no Seminário de Olinda, ordenando-se em 1841 e bacharelando-se em 1843. Foi advogado, padre, Deputado Geral, Senador do Império, professor de história e geografia e primeiro Diretor do Liceu do Ceará (1845) e da Instrução Pública da província. Militou na imprensa e era homem de ciência com extensos conhecimentos e efetiva atuação, tendo sido membro de inúmeras associações científicas do país e do exterior, inclusive do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Um ecologista *avant la lettre*, dedicou-se sobretudo à geografia e aos estudos populacionais, sempre porém marginando a perspectiva histórica. Deixou obra ampla, alguns textos de intuito didático, mas é legitimamente considerado como iniciador de nossa historiografia, sobretudo por seu extraordinário *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, em 2 tomos (1863 e 1864) de quase 1.200 páginas. Obra monumental e indispensável para o conhecimento da província, constitui excepcional trabalho de pesquisa e organização das informações dispersas até então: o modesto título não diz bem de seu amplo conteúdo, visto que, além dos dados estatísticos dos movimentos populacionais, sistematiza os conhecimentos sobre as condições geográficas, climáticas, econômicas, políticas, jurídicas, religiosas, sociais e culturais, incluindo, no final do 2º tomo, um circunstanciado *«Resumo Chronologico da Historia do Ceará, desde 1603 até 1861»*.⁷ É uma autêntica enciclopédia de sua Província, que honra a memória desse sábio pioneiro.

⁷ Veja-se a bela reedição fac-similar de 1997, que a Fundação Waldemar Alcântara realizou, na sua Coleção «Biblioteca Básica Cearense», com o patrocínio do CNPq e apoio da Universidade Federal do Ceará, sobretudo pelos serviços gráficos de sua Imprensa Universitária.

Cronologicamente, porém, o autor da primeira história do Ceará propriamente dita foi o Conselheiro **Tristão de Alencar Araripe** (Icó, 1821 – Rio, 1908), filho do grande protagonista de nossas lutas políticas por independência (Tristão Gonçalves de Alencar Araripe), sobrinho do Senador José Martiniano de Alencar, primo do autor de *Iracema*, neto de Bárbara de Alencar e pai do crítico Araripe Júnior. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1845, embora tenha cursado dois anos iniciais na do Recife. Tendo militado na política – deputado provincial e depois deputado geral pelo Ceará, entrou duas vezes na lista para Senador pelo Ceará, foi Presidente do Rio Grande do Sul e do Pará, Ministro da Fazenda e depois da Justiça e negócios interiores no governo de Deodoro da Fonseca –, é sobretudo na magistratura que concentra sua atividade principal, chegando a Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1886 e Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1890. Atuou na imprensa, tendo dirigido o *Cearense*, órgão liberal fundado em Fortaleza a 4 de outubro de 1846. De sua variada obra, inclusive literária, quero destacar seu trabalho, nesta fase dos desbravadores de nossa historiografia, quando ele, vasculhando o arquivo da antiga vila do Aquirás e em «*livros truncados e quase ilegíveis, por seu estado de deterioração, foi colhendo notícias dos sucessos dos primitivos tempos da província*», continuando mais tarde noutras fontes documentais sua perquirição dos elementos de que se serviu para construir sua *História da Província do Ceará desde os tempos mais primitivos até 1850* (Typographia do *Jornal do Recife*, 1867)⁸ – obra que chegou a ser mencionada por Varnhagen como exemplo de boa história provincial. Além de ter editado obras raras e traduzido pela primeira vez documentos de viajantes e cronistas da fase colonial (Du-Guay Trouin, Hans Staden, Jean de Léry, etc.), sua

⁸ Há uma 2ª edição dessa obra, que constitui o 1º volume da Coleção «História e Cultura», do Instituto do Ceará, coordenada por José Aurélio Câmara, publicada em Fortaleza: Tip. Minerva, 1958. Foi amplamente enriquecida com notas de Thomaz Pompeu Sobrinho, Raimundo Girão, Mozart Soriano Aderaldo e do próprio José Aurélio Câmara.

produção histórica estende-se ainda por inúmeros outros trabalhos quase sempre impressos em Memórias na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Ainda desta primeira fase dos pioneiros que abriram as trilhas de nossa historiografia, merece ressaltado o médico francês **Dr. Pedro Théberge**, nascido em 1811, em Marcé, e formado pela Universidade de Paris em 1837, quando vem para o Brasil; e em seguida radica-se no Ceará a partir de 1845, tendo falecido em 1864, no Icó, onde viveu a maior parte de sua existência cearense. Escreveu sobre a nossa flora e realizou o levantamento da carta orográfica da província. Sua grande contribuição é por certo seu *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*, obra que só foi publicada *post-mortem*, em 1869, por seu filho Henrique Théberge, militar, engenheiro e escritor (Recife, 1838 – Fortaleza, 1905). Posto reconheça a sua importância para os estudos do passado cearense, José Honório Rodrigues o considera um pesquisador menor, que trabalhara especialmente à base da tradição popular e oral, e acrescenta, apoiando-se em observação do Barão de Studart, que ele nem sempre foi imparcial, especialmente com os sucessos de data mais recente. Ora, não é este o testemunho de seu filho, que lhe prefacia a obra em apreço:

«Um estrangeiro, residente há dezoito anos nesta província, empreendeu escrever-lhe a história. Amigo do trabalho, não se poupou a lides, entregando-se todo à realização dessa idéia. Depois de muitas lucubrações, (...), depois de ter (com perda de seus próprios interesses e saúde) compulsado os arquivos dos cartórios, câmaras e matrizes; lido ou, antes, decifrado grande número de documentos antigos que encontrou esparsos nas mãos mesmo de particulares, chegou a reunir em ordem cronológica as datas e acontecimentos mais notáveis, fazendo ao mesmo tempo uma análise imparcial dos fatos em concordância com as tradições que encontrou no país.»⁹

⁹ Cito pela segunda edição parcial do *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*, de 1973, publicada pela Secretaria de Cultura do Estado, e admiravelmente anotada por Mozart Soriano Aderaldo. Os acréscimos à versão original desta obra, feitos pelo Dr. Pedro Théberge, foram publicados por seu filho mais

Vindo ao mundo ao final da terceira década do século XIX (1829) e tendo partido, mais que nonagenário, no início de igual década do século XX (1921), o derradeiro historiador desta primeira fase de nossa historiografia não chega de fato a encerrá-la, por se tratar na verdade de uma figura de transição, visto que participa também do período seguinte sob muitos aspectos, tanto que a *Revista do Instituto do Ceará* – marco indubitável da segunda fase – entre 1888, em seu tomo II, e 1912, em seu tomo XXVI, chega a publicar 14 trabalhos seus. Com efeito, **João Brígido** (dos Santos), este cearense de empréstimo ou adoção, é uma das personagens múltiplas e das mais polêmicas de nossa vida intelectual. Nasceu capixaba, como o próprio afirmava, visto ter vindo ao mundo na vila de São João da Barra, situada então na Província do Espírito Santo e posteriormente na do Rio de Janeiro. Os pais migraram para o Ceará em 1831, trazendo-o com pouco mais de 1 ano de idade; vindo a família residir no Icó, de onde passaram para São Mateus (hoje Jucás), onde ele fez seus primeiros estudos. Em Quixeramobim freqüentou a clássica Aula de Latim, em que foi colega de Antônio Vicente Mendes Maciel, futuro Peregrino líder de Canudos; foi professor da matéria em Jardim e Barbalha, vindo depois a se fixar no Crato, onde exerceu advocacia. Aí, em 1855, fundou *O Araripe*, primeiro jornal a circular na cidade, iniciando sua tumultuada carreira na imprensa. De lá, remete para *O Cearense*, de Fortaleza, suas crônicas e comentários, sob o pseudônimo de K.K.K., bem como para o *Sete de Setembro* e o *Juiz do Povo*, jornais panfletários do temível Padre Verdeixa, que João Brígido retratará ulteriormente em crônicas deliciosas de seu livro *O Ceará (lado cômico)*. Em março de 1861, por concurso, foi nomeado professor de Português do Liceu do Ceará, de onde

tarde e sua terceira parte só é enfim editada em 1895. Sai agora (2001) pela Fundação Waldemar Alcântara, em sua coleção «BIBLIOTECA BÁSICA CEARENSE», uma reedição completa desta obra, em 3 vols. Em 1911, o vol. 25 da *Revista do Instituto do Ceará*, pp. 222-285, publicou «Extractos dos assentos do antigo senado do Icó, desde 1738 até 1835», coligidos pelo Dr. Pedro Théberge.

se aposentará vinte anos mais tarde. Instalado em Fortaleza, foi redator do *Fraternidade*, jornal da maçonaria, da *Gazeta da Noite*, do *Martins Soares* e do *Estado do Ceará*; colaborou ainda no *Libertador* e em *A República*; fundando o jornal *Unitário*, em 1903, baluarte de suas campanhas políticas desabusadas e corajosas. Deputado provincial (1864-67), deputado geral (1878-81), senador do Estado (1892) e deputado estadual (1893-94). Advogado militante de reconhecida competência, ele encerra seus dias em Fortaleza a 14 de outubro de 1921. A sua obra historiográfica mereceu de José Honório Rodrigues a mesma apreciação menor como a do Dr. Théberge: pesquisador modesto, que colheu pelo interior, ainda vivas, as vozes da consciência popular. Por outro lado, reconhece estar ele impregnado do sentimento local da terra e da gente. Vasculhando os velhos arquivos do sul da Província, concluiu em 1859 seus «Apontamentos para a História do Cariri», que divulgou através das páginas do *Araripe*. Elabora depois *As Ephemerides do Ceará (1590-1892)*, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, t. XIV, 1900, pp. 3-64 e 136-226 – numa nota final deste trabalho, João Brígido declara que elaborou originalmente este estudo para constituir a Parte Quarta do *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, e que depois lhe foi acrescentando novos dados. Para a nossa história econômica releva assinalar seu importante estudo «A Capitania do Ceará. Seu commercio», também publicado na *Revista do Instituto* (1910); aí também publica, entre seus escritos de biografias, o estudo «Homens da Terra – Eduardo Francisco Nogueira Angelim» (1909), sobre este cearense que participou como um dos chefes das lutas da Cabanada no Pará. Foi dele ainda a iniciativa de divulgar a parte referente ao Ceará de «Idéia da População da Capitania de Pernambuco», manuscrito que se achava na Biblioteca Nacional. Em suma, boa parte dos seus trabalhos históricos ele os enfeixou, aos 90 anos, em seu livro *Ceará (Homens e Factos)*¹⁰, obra que reproduz, com modificações, vários de seus tra-

¹⁰ Rio de Janeiro: Typographia Besnard Frères, 1919, 531 p.

balhos anteriores e que, a despeito das inconsistências que a investigação ulterior pôde apontar, revela uma refinada sensibilidade social de seu autor e uma ampla visão de nossa realidade, estando a exigir urgente reedição.

b) Segundo Período

Nesta notícia sobre a historiografia do Ceará, dei maior ênfase e amplitude ao primeiro período, fase de exploração e elaboração de rumos, evidentemente, por ser menos conhecido, a não ser dos especialistas. Portanto, serei mais parcimonioso quanto à sua segunda fase, bem mais difundida. Não cabe dúvida, porém, que o período mais fecundo desse processo é o que se abre, conforme já dito, com o marco cronológico de 1887, fundação do **Instituto do Ceará** e criação de sua *Revista*. Com as mutações em escala internacional, tanto de natureza socioeconômica quanto tecnológica e científica, da segunda metade do século XIX, com a emergência de novas propostas estéticas e literárias do romantismo ao naturalismo, e sob o influxo de novas filosofias de inspiração positivista e evolucionista, tudo isso refletindo sobre nossos grupos intelectuais, uma nova geração de estudiosos imprime novo influxo à nossa historiografia.

O país se modificava. O centro dinâmico de nossa economia se transferia de sua área tradicional para novas regiões. As lutas políticas e ideológicas com a intensificação dos ideais racionalistas, republicanos e abolicionistas expressavam tais transformações e geravam tensões no campo intelectual. E o amadurecimento dos estudos históricos chegava à província constituindo uma fase de pesquisa consistente, sistemática, institucionalizada e menos episódica. Num país sem universidade, organismos como os Institutos Históricos e Academias de Letras exerciam razoavelmente essa função vicária de organizar os conhecimentos, refinar os instrumentos metodológicos e confrontar os quadros teóricos com o incessante trabalho de pesquisa, bem como o de preservar o acervo documental e o patrimônio cultural que ajudam a dar sentido e organicidade à nação e a seu povo. O Ceará foi genuíno e competente nesse propósito.

Por outro lado, as amplas transformações do país, sobretudo após o término da Guerra do Paraguai e suas seqüelas, depauperaram-se, no plano local, com um período de grandes dificuldades. Nos quatro anos finais da década de 70, o Ceará enfrentou a maior seca do século XIX. Desorganizou-se grande parte de sua precária economia, dizimaram-se os gados, epidemias e miséria levaram um quarto de sua população¹¹, com mais um sem número de sofrimentos. Como entender portanto que, numa Fortaleza minúscula e pobre, a moldura de tal quadro pudesse albergar condições para que uma plêiade de jovens intelectuais se agitasse mais ainda daí para frente, impulsionada por um conjunto de idéias novas, fundando organismos criativos ("Academia Francesa", Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras, Padaria Espiritual, etc.), produzindo, publicando, confrontando-se e alguns deles projetando-se nacionalmente?!

Um desses grupos de dedicados estudiosos da província reunia-se então para criar o seu Instituto histórico, geográfico e antropológico: Paulino Nogueira, Guilherme Studart (posteriormente Barão, título outorgado pelo Vaticano), Antônio Augusto de Vasconcelos, Joakim Catunda, Júlio César da Fonseca Filho, Padre João Augusto da Frota e Antônio Bezerra de Menezes, aos quais outros mais foram aderindo.¹² A orientação historiográfica era a dominante àquela época: enfatizava a pesquisa e exaltava o documento como suporte da verdade histórica. Dirá o Barão Studart em carta de 26 de junho de 1893:

«A história é assim mesmo que se faz e se apura. Longos anos são narrados os fatos desta ou daquela forma, até que do pó dos arquivos se desentranha um documento, que, merecedor

¹¹ Na informação segura do Barão de Studart, morreram 180.000 habitantes, sem contar as perdas das migrações. Cf.: sua *Geographia do Ceará*. Fortaleza: Typographia Minerva, 1924, p. 256.

¹² Para maiores informações sobre este momento da criação do Instituto do Ceará e seus desdobramentos, ver: SOUSA, Eusébio: *Meio Século de Existência* (subsídio para a história do Instituto do Ceará) - 1887-1937. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1937.

*de fé, bem interpretado, dá aos indivíduos e aos seus atos uma feição diferente daquela com que até então haviam sido encarados e julgados.*¹³

A sua *Revista* tornou-se o imenso estuário e repositório dessa produção ampla, rica e primordial, como nunca se tinha feito até então, assim se mantendo por mais de 40 anos, sob a liderança intelectual principalmente do Barão de Studart, a publicar sobretudo vasta documentação primária de nossa história, e constituindo-se ela própria em fonte fundamental de sua elaboração.

Nesse contexto, destaca-se inicialmente a figura de **Paulino Nogueira** Borges da Fonseca (Fortaleza, 1842 – 1908). Era bisneto de Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, que governou a Capitania do Ceará de 1765 a 1782 e escreveu a «Nobiliarquia Pernambucana». Fez os preparatórios no Liceu e formou-se em Direito no Recife, em 1865. Promotor Público em Saboeiro e logo depois Secretário do Governo (1866). Lecionou Latim no Liceu do Ceará e o dirigiu. Foi Inspetor-Geral da Instrução Pública, realizou reformas, implantou várias medidas pedagógicas e aboliu os castigos corporais. Exerce assim longa carreira pública: membro do Partido Conservador, jornalista e católico convicto, foi Deputado Provincial, Deputado Geral, Vice-Presidente da província, etc. Em 1888, foi nomeado Provedor da Santa Casa, cargo que volta a ocupar em 1906. Retrai-se da vida política e se torna Membro do Tribunal da Relação, quando da organização judiciária do Estado. Inaugurada a Academia Livre de Direito do Ceará, assume a cátedra de Direito Criminal. Como um dos fundadores do Instituto do Ceará, foi seu Presidente desde o início até 1908, ano de sua morte.

Com conhecimento aprofundado do Ceará, Paulino Nogueira fundamenta-se nisso para realizar sua obra de geógrafo, lingüista, etnólogo e historiador. Seu *Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará com explicações etimológicas, ortográficas, topográficas, históricas, terapêuticas, etc.* (1887), publicado no tomo I da *Revista do Instituto*, constitui ainda hoje um instru-

¹³ RIC, t. 84, 1948, pp. 68-69, *apud* José H. RODRIGUES: *Índice...*, op. cit., p. 39.

mento seguro na matéria. Excluindo-se diversos trabalhos divulgados noutros periódicos, como em *A Quinzena*, dos 40 textos que publicou na *Revista do Instituto do Ceará*, nos anos de sua atuação, destaco os seguintes trabalhos que me parecem mais significativos: um de natureza geográfica – «Província dos Cariris Novos» (1892) – em que advoga a criação dessa província formada pela povoação do Crato; dentre os de caráter biográficos: um sobre o «Padre Ibiapina» (1888) em que transcreve e examina a correspondência trocada por este quando Juiz de Direito da Comarca de Quixeramobim, e o Presidente da Província, José Martiniano de Alencar, e outro sobre a vida e a obra do «Naturalista João da Silva Feijó» (1888); enfim, o mais denso e importante de seus estudos históricos, que é o «Presidentes do Ceará: Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado», série iniciada em 1890 em que, além da segura documentação, ele amplia seu exame com importantes observações sociais, políticas e econômicas sobre cada período.

De marcada formação jurídica e visão conservadora, Paulino Nogueira pratica uma historiografia em consonância com sua concepção da história, que J. H. Rodrigues resume nesta apreciação:

*«O Estado é a história, o Estado forma-se e age como fator preponderante, mais que a classe ou qualquer outro elemento social. Por tudo isso, sua história é a história dos presidentes, encarnação pessoal do poder, da força de direção política, social e econômica, e sua história é também a história da disciplina jurídica que se impõe à comunidade.»*¹⁴

Para falar agora do grande protagonista deste segundo período, eu não diria melhor do que este depoimento candente de José Honório Rodrigues, que retraça em fortes linhas o retrato intelectual do **Barão de Studart** (Fortaleza, 1856-1938):

«a maior figura da historiografia cearense, que já ultrapassa realmente qualquer valor puramente local, para transformar-se numa expressão nacional. O Barão de Studart foi o maior

¹⁴ *Índice...*, op. cit., pp. 32-33.

historiador local do Brasil. Não há, em nenhuma historiografia estadual ou regional brasileira, quem se lhe avante no amor ao estudo, na vastidão da pesquisa, na capacidade de realização, como cronista, geógrafo, historiador e editor de documentos. (...) era a enciclopédia viva do Ceará... Ninguém trabalhou mais no campo da historiografia local que o Barão de Studart e ele deve e pode figurar ao lado de Varnhagen, o maior acumulador de fatos da história brasileira, seu maior pesquisador, seu maior realizador. Mas não é só esta singularidade que une e aproxima os dois. Studart representa na historiografia local o mesmo papel de Varnhagen na história brasileira geral. Uma pesquisa sem fim, um trabalho exaustivo pelos arquivos e bibliotecas européias, uma vontade inabalável de realizar e, sobretudo, uma nova inspiração, um novo método, uma nova orientação.»¹⁵

Eis o nune tutelar do Instituto, de sua *Revista*, de nossa história. A tal ponto foi imensa a sua presença criadora que a instituição terminou por se identificar com ele e, hoje, se chama por antonomásia a «*Casa do Barão*».

Todo o amplo acervo documental para a história do Ceará que colheu, organizou e publicou, ele o obteve com seu esforço pessoal de investigação e com seus próprios recursos, incluindo as viagens que empreendeu com esse propósito. Capistrano de Abreu, seu velho amigo, admirador e por vezes crítico severo, recorria a ele muita vez para conseguir documentos de que necessitava. Quando, com essa documentação abundante começa a dar à luz suas *Notas para a História do Ceará – Segunda metade do século XVII* [Lisboa: Typographia do Recreio, 1892, 507 p.], em carta a Capistrano de Abreu, de 26 de junho de 1893, ele lhe afirma possuir documentos para 60 a 80 volumes e indaga modestamente sua apreciação: «Diga-me sinceramente se há nelas [nas *Notas...*] alguma coisa que se aproveite. Opiniões de homens competentes como V. servem-me muito.» Esse era o caráter desse pesquisador abnegado e simples.

¹⁵ *Ibidem*, pp. 33-34.

Nascido em Fortaleza, filho de pai inglês e mãe cearense, fez seus estudos iniciais no Ateneu Cearense¹⁶ e concluiu os preparatórios no renomado Ginásio Baiano, de Abílio César Borges, onde conquistou medalha de Ouro por ser excepcional estudante. Doutorou-se em Medicina na Faculdade da Bahia, em 1877, ano em que se iniciava a mais pavorosa seca que padeceu o Ceará no século. Volta então para sua província e inicia o seu labor múltiplo. Com a morte do pai, foi nomeado Vice-Cônsul da Inglaterra no Ceará. Assim, além das funções consulares e clínicas, principiava sua inclinação para a pesquisa histórica. Espírito solidário, animado de profundo sentimento do bem-comum, toma a iniciativa ou participa da criação de inúmeras instituições onde sempre atuou positivamente: Centro Abolicionista (1884), Instituto do Ceará (1887), Academia Cearense de Letras (1894), Associação Médico-Farmacêutica do Ceará (1894), Centro Médico Cearense (1913), Centro Católico de Fortaleza (1913), Círculo de Operários Católicos de Fortaleza (1915), Instituto Pasteur (1918). E em meio a todas essas atividades, jamais descurou de sua atuação e atualização científicas, especialmente na área médica da epidemiologia e da saúde pública. Em 1909, na Memória que publicou para apresentar ao 4º Congresso Latino-Americano do Rio de Janeiro, ele próprio fornece suas qualificações:

*«Dr. Barão de Studart – Presidente do Comitê do Ceará – Médico do Hospital de Caridade de Fortaleza, membro da British Medical Association de Londres, da Sociedade de Ciencias Medicas de Lisboa, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, membro de mais trinta e quatro Sociedades Scientificas e Literarias do Paiz e do Extranjeiro».*¹⁷

Não é tarefa fácil sumariar a obra desse trabalhador infatigável. Em 1937, no balanço dos 50 anos do Instituto, Eusébio de

¹⁶ Onde conheceu Capistrano de Abreu, iniciando amizade e mútua admiração que perdurará por uns 60 anos.

¹⁷ Cf.: *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*. Edição fac-similar. Col. «Biblioteca Básica Cearense». Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

Sousa arrola 139 textos, desde sua Tese de doutorado na Bahia, em 1877.¹⁸ Se deixarmos de lado inúmeros trabalhos de gênero diverso, divulgados noutros periódicos ou em livro, só a *Revista do Instituto do Ceará*, nos anos de sua atuação, publicou 121 textos seus. Em suma, nessa obra variada, sua produção historiográfica se destaca em especial pelos seguintes trabalhos, além dos já mencionados: *Relação dos manuscritos, originais e cópias, sobre a história do Ceará que constituem a coleção do dr. Guilherme Studart* (Primeiro fascículo, 144 p. Lisboa: Typ. do Recreio, 1892. Segundo fascículo, 105 p. Fortaleza: Typ. Studart, 1896); *Datas e Factos para a Historia do Ceará* (1º vol. Ceará Colonia, 525 p. Fortaleza: Typ. Studart, 1896. 2º vol. Ceará Província, 373 p. Fortaleza: Typ. Studart, 1896. 3º vol. Ceará Estado, 271 p. Fortaleza: Typ. Commercial, 1924); o monumental *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense* (1º vol., 1919, 518 p.; 2º vol., 1913, 430 p.; 3º vol., 1915, 290 p. Fortaleza: Typ. Minerva)¹⁹, que fora antes publicado na *Revista da Academia Cearense* entre 1899 e 1907; e enfim *Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará, 1608-1624* (1º vol., 309 p. Fortaleza: Typ. Studart, 1904; 2º vol., 275 p. Fortaleza: Typ. Minerva, 1909; 3º vol., 300 p. Fortaleza: Typ. Minerva; 4º vol., 250 p. Fortaleza: Typ. Minerva, 1924).

Dentre os fundadores do Instituto, podem ainda ser mencionados quanto à produção historiográfica, **Joakim Catunda** (Santa Quitéria, 1834 – Rio de Janeiro, 1907) e **Antônio Bezerra de Menezes** (Quixeramobim, 1841 – Fortaleza, 1921). O primeiro deixou algumas colaborações na *Revista*, mas sobretudo é o autor de *Estudos de Historia do Ceará* (Fortaleza: Typ. do Libertador, 1886 – depois reeditado por Gilberto Câmara: Fortaleza: Typo-Lito. Gadelha, 1919). Já o segundo – filho do tradicionalista Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra, que defendia a Igreja nas páginas

¹⁸ *Meio Século de Existência...*, op. cit., pp. 39-49.

¹⁹ Em 1980, a Universidade Federal do Ceará publicou uma edição fac-similar dessa obra. Assinale-se ainda que a Fundação Waldemar Alcântara acaba de lançar edição fac-similar de *Datas e Fatos para a História do Ceará*, em 3 vols, Fortaleza, 2001.

da *Tribuna Catholica* dos ataques dos jovens intelectuais progressistas, da "Academia Francesa", sob a liderança de Rocha Lima e entrincheirados no jornal maçônico *Fraternidade* – além de também fundador da Academia de Letras e de possuir sua veia poética, deixou ainda estudos publicados na *Revista* e sobretudo os seguintes livros: *Província do Ceará – Notas de Viagem: parte do norte* (Fortaleza: Typ. Economica, 1889); *O Ceará e os Cearenses* (Fortaleza: Typ. Minerva, 1906, com reedição fac-similar da Fundação W. Alcântara, Fortaleza, 2001); e *Algumas Origens do Ceará* (Fortaleza: Typ. Minerva, 1918).

O Barão de Studart fez escola, como renunciou e desejou Capistrano de Abreu, escola que não deixou morrer a chama do conhecimento historiográfico e saberes correlatos. O Instituto cresceu. Passou por oscilações, publicou coisas de menos valia, mas novos sócios com iguais propósitos mantiveram o ritmo, o nível e a qualidade de sua produção.

É sempre um risco estabelecer qualquer listagem sem deixar de cometer omissões ou formular injustos julgamentos. Mas alguns nomes se destacaram mais que outros. Ainda da primeira geração do Instituto, podem ser citados nomes como o do **Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil** (Fortaleza, 1852 – 1929) e o de **Rodolpho Marcos Theophilo** (Salvador, 1853 – Fortaleza, 1932). O primeiro – filho e homônimo do Senador Pompeu – foi um dos mais eruditos intelectuais de seu tempo. Formou-se em Direito no Recife, em 1872 e no mesmo ano já dirigia *O Cearense* com o pai e João Brígido. Nessa mesma época, funda o jornal *Fraternidade*, de orientação maçônica. Ensinou no Liceu, na Escola Normal e na extinta Escola Militar do Ceará. Com Antônio Augusto Vasconcelos e outros, fundou a Faculdade de Direito do Ceará, em 1903, de que foi professor e diretor. Foi ainda Diretor da Instrução Pública do Ceará. Este trabalhador incansável deixou obra rica, porém, no campo de estudos que nos interessa mais aqui, destaco duas obras fundamentais que ele organizou: *O Ceará no Começo do Século XX*, Fortaleza: Typ.-Litographia a vapor, 1909; e, mais tarde, em dois volumes, com inúmeras partes escritas por Pompeu Sobrinho: *O Ceará no Centenário da Independência do*

Brasil, Fortaleza: Typ. Minerva, 1º vol. em 1922 e o 2º vol. em 1926 – impressionante conjunto de informações e estudos sobre o Ceará.

O segundo, nascido na Bahia por uma circunstância fortuita, é, por opção e abnegada dedicação de autêntico benemérito de sua terra, talvez o mais cearense dos estudiosos de seu tempo. Ficcionista, jornalista, historiador e homem de ciência, erradicou a varíola no Ceará no começo do séc. XX e escreveu algumas das páginas mais pungentes sobre os sofrimentos e misérias de sua gente nas longas estiagens e epidemias que se abateram sobre este destino coletivo. Foi um dos pioneiros dos estudos históricos sobre as secas e deixou obras fundamentais a esse respeito, além de ter tido a ousadia de escrever a história imediata de que foi testemunha privilegiada: *Secas do Ceará – Segunda Metade do Século XIX*, Fortaleza: Louis C. Cholowiecki, 1901; *A Libertação do Ceará (Queda da Oligarchia Accioly)*, Lisboa: Typ. «A Editora», 1914 (reedição fac-similar da Fundação W. Alcântara, Fortaleza, 2001); *A Sedição do Joazeiro*, São Paulo: Monteiro Lobato, Co. Editores, 1922 (2ª ed., Fortaleza: Editora Terra de Sol, 1969); *História da Seca no Ceará (1877 a 1880)*, Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922; *A Seca de 1915*, (nova ed., Fortaleza: Edições UFC, 1980); etc.

A geração que logo adere a essa primeira, sem solução de continuidade na vida do Instituto, traz alguns nomes de destaque, sem que isso implique juízo desfavorável aos demais, visto não fazer sentido uma enumeração exaustiva.

Thomaz Pompeu de Sousa Brasil **Sobrinho** (Fortaleza, 1880 – 1967) é mais um profícuo e continuador membro dessa família de sábios estudiosos de sua terra. Formou-se em Engenharia pela renomada Escola de Minas de Ouro Preto, dirigiu com reconhecida competência a antiga Inspetoria Federal de Obras Contra Seca, depois transformada em DNOCS. Durante sua longa vida de pesquisador constante e altamente dotado, conhecia o Nordeste como poucos e havia palmilhado o território do Ceará em todos os seus mínimos recantos, abrindo sua perspectiva de análise para a História, a Antropologia, a Etnologia e Etnografia indígena, a Arqueologia e outros conhecimentos. Ingressando em 1928 no Instituto do Ceará, que dirigiu após a morte do Barão em

1938 e se tornou depois seu Presidente Perpétuo. Integrou também a Academia Cearense de Letras, da qual foi Presidente e Presidente de Honra. Depois da instalação da Universidade Federal do Ceará, foi convidado a dirigir o seu Instituto de Antropologia. Depois do Barão de Studart, é Pompeu Sobrinho quem, como membro do Instituto do Ceará, apresenta o maior número de trabalhos publicados. Maria da Conceição Sousa, especializada na matéria, procedeu ao levantamento de sua bibliografia e constata o montante de 141 títulos entre livros, opúsculos, capítulos, prefácios, introduções, etc.²⁰ Mais relacionados com o nosso tema, assinalo apenas para ilustração os seguintes títulos: *Esboço Fisiográfico do Ceará*, 3ª ed., Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962 [originalmente, monografia submetida ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia, em Salvador, 1916]; *Proto-História Cearense*, monografia nº 4 da Coleção «História do Ceará», Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1946; a sua monumental *História das Secas* (Século XX), monografia nº 23 (2º tomo), da referida coleção, Fortaleza: Editora Batista Fontenele, 1953; a *Pré-História Cearense*, monografia nº 3 (1º tomo) da mesma coleção, Fortaleza: idem, 1955; *Sesmarias Cearenses*, Fortaleza: SUDEC, 1979.²¹

Eusébio Néri Alves **de Sousa** (Recife, 1883 – Fortaleza, 1947). Militou na imprensa desde os tempos de estudante e por onde andou saiu a fundar periódicos (Ipu, Russas, Quixadá, Fortaleza). Nos anos 1928 e 29, dirigiu a *Gazeta de Notícias*. Escreveu para vários órgãos como a *Revista do Brasil*, a *Revista da Academia Cearense*, e foi colaborador assíduo na *Revista do Instituto*, integrando sua comissão editorial, além de nos *Anais* do Arquivo Público e no *Boletim* do Museu Histórico do Ceará, instituições de que foi diretor. Dentre seus trabalhos, destacam-se: *Álbum do Jaguaribe*, comemorativo do 1º centenário da Independência do Brasil, com uma notícia geográfica, histórica, econômica e des-

²⁰ Cf.: «Bibliografia de Thomaz Pompeu Sobrinho», *Revista do Instituto do Ceará*, t. XCIV (1980): 249-264.

²¹ Publicação póstuma, feita por esse órgão de planejamento do Governo do Estado. Tendo falecido em 1967, os originais foram preservados por Raimundo Girão.

critiva dos municípios do baixo Jaguaribe (Belém: Empresa Gráfica Amazônica, 1922); elaborou uma obra que constitui documentário indispensável da história do Instituto: *Meio Século de Existência (subsídios para a história do Instituto do Ceará)*, 1887 – 1937, Fortaleza: Tip. Minerva, 1937; e pouco antes de falecer deixou concluído (1947) o texto de sua participação no grande projeto do Instituto de «História do Ceará», a saber, a monografia nº 15: *História Militar do Ceará*, Fortaleza: Ed. do Instituto do Ceará, 1950.

Carlos Studart Filho (Fortaleza, 1896–1982) fez seus estudos iniciais no Ceará, em Manaus e na Suíça, doutorando-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1918, ingressou por concurso no Corpo de Saúde do Exército (1919). Transferiu-se para o magistério militar, tendo ensinado no Colégio Militar no Ceará, no Rio e em São Paulo. Foi professor também de nossa Escola Normal. Reformou-se no posto de General de Divisão. O Dr. Carlos Studart Filho presidiu o Instituto do Ceará de 1969 a 1981. Jornalista, geógrafo, indianólogo e historiador, deixou obra numerosa. Só na *Revista do Instituto*, há 92 textos seus. Assinale-se: *Estudos de História Seiscentista*, vol. nº 2 da Coleção «História e Cultura» do Instituto do Ceará, Fortaleza: Tip. Minerva, 1959; *O Antigo Estado do Maranhão e suas Capitânias Feudais*, Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960; *Aborígenes do Ceará*, vol. nº 6 da Coleção «História e Cultura», Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1965; *A Revolução de 1817 no Ceará e Outros Estudos*, vol. nº 4 da mesma coleção, Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1966; etc.

Abro um parêntese para inserir uma idéia complementar. Há dois nomes de historiadores cearenses que, a despeito de sua projeção nacional e de terem exercido o seu ofício sobretudo no que concerne à história brasileira, nunca esqueceram sua terra natal nem a sua historiografia local: João **Capistrano** Honório de **Abreu** (1853 – 1927) e **Gustavo** Adolfo Luís Guilherme Dodt **Barroso** (1888 – 1967): o primeiro, por sua competência e longos anos de pesquisa, é unanimemente reconhecido como um dos maiores historiadores brasileiros e o grande estimulador da historiografia moderna no país; e o segundo, profícuo escritor, ele-

gante narrador, chegou mesmo a publicar uma obra em estilo de crônica histórica dedicada à sua terra, *À Margem da História do Ceará*, Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

No final dos anos 30, com a morte do Barão de Studart, Pompeu Sobrinho assume a Presidência do Instituto, em gestões que se prolongarão até sua morte em 1967. Promove uma reforma dos estatutos e propõe o aumento para 40 do número de sócios. Na década seguinte, é formulado o projeto de uma ampla *História Geral do Ceará*, a mais completa possível, abarcando um conjunto de 26 Monografias, algumas destas dividindo-se em mais de um tomo. O projeto comportava aspectos como: a evolução do quadro físico e social da área; a pré-história e a proto-história; os três grandes períodos de nossa formação; a genealogia das famílias; a história territorial e de seu povoamento; as origens e evolução de nossa toponímia; a história da administração pública; a da economia; a eclesiástica; a judiciária; a militar; a sanitária; a das ciências e da cultura; a da literatura; a da literatura oral, folclore, usos e costumes; a das artes; a bibliográfica e do jornalismo; a da instrução e educação pública e privada; a das secas; a do banditismo e do fanatismo; a financeira; e a evolução filológica. Estava prevista uma monografia introdutória que desse o roteiro e os propósitos dessa larga empresa. Era a visão tradicional que já vinha desde Tristão Araripe até o Barão. Mas Pompeu Sobrinho, sobretudo ele, o exprimiu e estava consciente de que, ao final dessa produção monográfica e portanto fragmentária, far-se-ia mister um texto de síntese que elaborasse a tessitura desses retalhos e permitisse a interpretação de conjunto que lançasse luz sobre o significado de nossa trajetória histórica. O empreendimento, todavia, não chegou a seu termo. Muitos dos que assumiram as suas partes não chegaram a concluir sua tarefa e outros morreram antes. Mas a parte que foi realizada já impressiona pela significação de seus resultados. Além dos volumes aqui antes mencionados – de Pompeu Sobrinho e de Eusébio de Sousa – merecem ressaltados os que vieram à luz: a importante e talvez a mais original das monografias, a de nº 12, da autoria de **Raimundo Girão** (1900 – 1988), sobre a *História Econômica do Ceará* (Fortaleza: Editora

Instituto do Ceará, 1947)²²; a opulenta e exaustiva monografia de nº 18, em 4 tomos, realizada por **Dolor Barreira** (1893 – 1967) para a *História da Literatura Cearense* (Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 1948, 1951, 1954 e 1962, respectivamente); a importante monografia nº 23, 1º tomo, sobre a *História das Secas – Século XVII e XVIII* (Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1953), de **Joaquim Alves** (1894 – 1952), um estudioso de nossa realidade, armado de boa perspectiva histórica e sobretudo de aguda visão sociológica; e, de **Plácido Aderaldo Castelo** (1906 – 1979), a monografia de nº 22 sobre a *História do Ensino do Ceará* (Fortaleza: Dep. de Imprensa Oficial, 1970).

Na década que se seguiu a essa em que se lançou o projeto de História Geral do Ceará, nova proposta estimula a vida do Instituto. Foi o nascimento da Coleção «História e Cultura», sob o patrocínio da instituição e a coordenação de **José Aurélio Saraiva Câmara** (1921 – 1974)²³, a qual iniciou pela reedição, em 1958, da *História da Província do Ceará*, de Tristão Alencar Araripe; em 1959, os já mencionados *Estudos de História Seiscentista*, de Carlos Studart; em 1960, a *Correspondência do Senador Pompeu*, importante obra organizada e anotada pelo mesmo José Aurélio Câmara; em 1961 e 1965, respectivamente, saíram *A Revolução de 1817 no Ceará & Outros Estudos* e *Aborígenes do Ceará*, ambos de Carlos Studart Filho; ainda em 1961, *Matias Beck – Fundador de Fortaleza*, de Raimundo Girão; mas sobretudo merece elogios a edição,

²² Em 2000, como homenagem a Raimundo Girão, nas comemorações do Centenário de seu nascimento, Antônio Martins Filho, esse benemérito das letras, da cultura e da ciência de sua terra, fez incluir na Coleção «Alagadiço Novo», do programa editorial da Casa de José de Alencar (UFC), que ele dirige com alta visão, uma segunda edição dessa obra fundamental.

²³ Foi oficial de artilharia e engenheiro civil. Transferiu-se para o magistério militar, ensinou em outros estabelecimentos, ocupou funções públicas e desenvolveu intensa atividade no âmbito do Instituto. Dentre os seus trabalhos, destaca-se a minuciosa pesquisa de que resultou uma obra crucial para a historiografia nacional: *Capistrano de Abreu – tentativa biobibliográfica*. Col. «Documentos Brasileiros». Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969; e a não menos importante para nossa historiografia: *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*, Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1970.

em 1967, de obra primordial de nossa historiografia que é *Três Documentos do Ceará Colonial* («Relação do Maranhão», «Relação do Ceará» e «Diário de Matias Beck»), cujos textos trazem estudos de Pompeu Sobrinho, Raimundo Girão e José Aurélio Câmara. Arrefeceu-se o ímpeto da coleção até sua extinção com a morte de seu coordenador.

Assim, à medida que os quadros da instituição foram se renovando no seu processo regimental de sucessão, obviamente, dentre os sócios eleitos, alguns passaram a escoar sua produção na *Revista*, veículo cuja continuidade era assim assegurada: Raimundo Girão, Joaquim Alves, Florival Seraine, Dolor Barreira, Antônio Martins Filho, Renato Braga, Mozart Soriano Aderaldo, Djacir Menezes, Francisco Alves de Andrade e outros mais. Depois, novos nomes ajuntam-se a esta geração, com novas contribuições: Eduardo Campos, Geraldo da Silva Nobre, Guarino Alves de Oliveira, Pedro Alberto de Oliveira e Silva, Vinicius Barros Leal, J. C. Alencar Araripe, Abelardo F. Montenegro, etc. **Raimundo Girão**, além de seus livros já mencionados e de seus inúmeros textos divulgados na *Revista do Instituto* e na da Academia Cearense de Letras, publicou ainda vários outros livros, dentre os quais sua tentativa de síntese de nossa formação histórica numa obra valiosa, modestamente intitulada de *Pequena História do Ceará* (Fortaleza: Batista Fontenele, 1953), que continua uma referência buscada por todos e tem tido várias edições ulteriores; assim como seu *A Abolição no Ceará* (Fortaleza: Batista Fontenele, 1956); ou sua preciosa, e recheada de informação histórica, *Geografia Estética de Fortaleza* (Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959); *A Academia de 1894* (Fortaleza: IUC, 1975); com a colaboração de Maria da Conceição Sousa, o indispensável *Dicionário da Literatura Cearense* (Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado, 1987); etc. **Renato de Almeida Braga** (1905 – 1968), a despeito de sua formação de agrônomo e de sua atividade dominante ter sido nessa área, deixou duas obras significativas para nossa historiografia: *História da Comissão Científica de Exploração* (Fortaleza: IUC, 1962); e o seu vasto documentário sobre o estado de que sua morte deixou inconcluso nos dois primeiros volumes:

Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará (Fortaleza: IUC, 1964 e 1967, respectivamente). **Geraldo da Silva Nobre**, por sua longa militância na imprensa e no magistério, por seu beneditino trabalho de pesquisador, pelo vasto saber das coisas de nossa história, por sua dedicação ao Instituto do Ceará e pela multiplicidade de trabalhos difundidos em inúmeras publicações, pode ser tomado como a figura emblemática que representa a síntese entre o passado e a contemporaneidade das tradições culturais da instituição. Além de seus milhares de artigos, fruto de seu longo tirocínio na imprensa local, e de seus trabalhos de natureza econômica – de alguém como ele Bacharel em Economia e Licenciado em História e Geografia, e professor da UFC –, é no campo da historiografia do Ceará que reside sua larga produção de pesquisador (cerca de 30 volumes), de que menciono: *Estudo sobre Antônio Cardoso de Barros*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1972; *História do Tribunal de Justiça do Ceará (1874-1974)*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1974; *História de Morada Nova*, 1º vol. (1701-1875) e 2º vol. (1876-1976). Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1976; *As Oficinas de Carne do Ceará*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977; *Um Naturalista do Ceará: João da Silva Feijó*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1978; *História Eclesiástica do Ceará – 1ª parte (1601-1720)*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980 – infelizmente, nessa dimensão de nossa realidade em que nossa historiografia é tão carente, a obra foi descontinuada; *Amor de Branco em Tráfico de Negro*. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 1988; *O Ceará em Preto e Branco*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1988 – cf. Projeto da Fundação Joaquim Nabuco (PE) e Arquivo Público do Estado do Ceará; *O Senador Alencar – Um estudo de sua personalidade (com documentação inédita)*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense; etc.

É fácil de constatar como, em geral, parte significativa dessa produção historiográfica ficou limitada em sua divulgação por ser veiculada em edições restritas e padecer uma circulação ainda mais constrangida. Isso dificulta em ampla escala a consulta de outros pesquisadores. Por outro lado, a partir de certa data, outras obras ou novas edições de obras clássicas – inclusive a própria

Revista do Instituto – atestam a presença marcante da Universidade Federal do Ceará e sua Imprensa, sob a inovadora liderança de Antônio Martins Filho.

Paralelamente e fora do raio de atuação do Instituto do Ceará, é óbvio que alguma historiografia era produzida, um pouco por toda parte. Em particular, nos dois centros mais dinâmicos da vida interiorana do Estado: o Cariri, em especial o Crato e o Juazeiro, e a região de Sobral. É opulenta, por exemplo, a historiografia sobre o Juazeiro, sobretudo em decorrência dos fenômenos sociorreligiosos à volta da extraordinária figura do Padre Cícero Romão Batista e de seu braço político, o Dr. Floro Bartolomeu: historiografia desigual e polarizada entre detratores e apologistas; portanto, muito pouco de análise serena e fundamentada tem sido produzida a esse respeito, a não ser dos anos 70 do século XX para cá. Algum material significativo e de interesse para nossa historiografia foi sendo publicado ao longo dos anos em periódicos como o *Almanaque do Ceará*, a *Revista da Sociedade de Geografia e História*, e sobretudo a *Revista da Academia Cearense de Letras*, único desses órgãos que se mantém constante desde sua criação em fins do século XIX. Livro bem escrito e sintético dentro de seus estreitos limites, com base em bibliografia de primeira ordem então existente, é o manual de *História do Ceará*, de intuitos didáticos, que José da **Cruz Filho** (1894 – 1974) publicou em 1931, pelas Edições Melhoramentos, de São Paulo²⁴.

Uma obra coletiva, da melhor qualidade, merece especial destaque pela variedade e riqueza de seus temas, e pela competência dos colaboradores que seus editores conseguiram reunir. Era uma obra múltipla, que incluía uma introdução sobre os «aspectos fisiográficos e antropogeográficos do Ceará», de Pompeu Sobrinho; a «origem do nome Ceará» e nosso «panorama econômico», de Raimundo Girão; uma «síntese histórica do Ceará», de Cruz Filho; uma síntese de nossa história eclesiástica, do Mons.

²⁴ Em 1987, com apoio da Secretaria de Cultura do Estado, o saudoso e generoso livreiro, Luís de Carvalho Maia, proprietário da tradicional Livraria RENASCENÇA, assumiu a função de editor e fez publicar uma 2ª edição dessa obra.

José Quinderé; um estudo sobre o “Cariri”, de Antônio Martins Filho; e inúmeros outros ensaios de síntese sobre aspectos culturais, políticos e econômicos do estado, bem como preciosa informação geral sobre cada município, além das ilustrações abundantes e da antologia que entremeava as suas páginas. Refiro-me ao livro organizado por **Antônio Martins Filho** e Raimundo Girão: *O Ceará*, Fortaleza: Editora Fortaleza, 1939; com uma segunda edição de 1945, pela mesma editora, e uma terceira de 1966, pela Imprensa Universitária do Ceará.

Outra obra que teve vida mais autônoma nesta produção independente, por seu caráter radicalmente inovador, ousado, crítico e nada tradicional, tendo dormido por anos a fio nas gavetas de seu autor e só tendo conhecido publicação póstuma. Livro inovador por seu estilo e até pelas designações originais e inesperadas de seus capítulos que lembram o andamento de uma epopéia elaborada com engenho e arte, e que repele qualquer enquadramento superficial. Refiro-me à obra do jornalista, poeta, ficcionista e crítico literário, **Yaco Bleasby Fernandes** (Fortaleza, 1914 – Rio de Janeiro, 1966): *Notícia do Povo Cearense*, Fortaleza: IUC, 1977. É a mais original obra de síntese sobre nossa história.

Um sem-número de monografias de valor diferenciado toma a história dos municípios como objeto de estudo. Não é razoável arrolá-las aqui. Mas alguns nomes se tornaram referência obrigatória no trabalho historiográfico, como por exemplo: os trabalhos do médico e historiador, **Irineu Nogueira Pinheiro** (Crato, 1881 – 1954) – *Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914* (Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938); *O Cariri, seu Descobrimento, Povoamento, Costumes* (Fortaleza: S/ed., 1950; e *Efemérides do Cariri* (Fortaleza: IUC, 1963); etc.; o clássico livro de **D. José Tupinambá da Frota**: *História de Sobral*, 2ª ed. (Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974); ou estudos mais recentes do **Pe. F. Sadoc de Araújo** sobre a história e a cultura de Sobral e da região da Ibiapaba, bem como sua excelente monografia acerca da vida e ação do Padre Ibiapina; ou os estudos do **Pe. Antônio Gomes de Araújo** sobre a história do Crato e da região; os trabalhos de **Otacílio Anselmo**: *Padre Cícero – Mito e Realidade* (Rio de Ja-

neiro: *Civilização Brasileira*, 1968) e *A Revolução de 30 no Ceará* (Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1970); etc.

Seria legítimo acrescentar a essas indicações necessariamente sumárias, trabalhos de “brasilianistas” que nos anos 60 e 70 do século passado começaram a se debruçar sobre aspectos de nossa história. Mencionaria, em particular, um dos melhores estudos até hoje publicado sobre a questão do Juazeiro e Padre Cícero, do historiador norte-americano **Ralph Della Cava**: *Miracle at Joazeiro*, New York: Columbia University Press, 1970²⁵. Ou a monografia de **Billy Jaynes Chandler**: *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns – A história de uma Família e uma Comunidade no Nordeste do Brasil (1700 – 1930)*, Fortaleza / Rio de Janeiro: Edições UFC e Civilização Brasileira, 1980.

c) Terceiro Período

Parte das obras e autores mais recentes, a que fiz referências ligeiras, tanto na produção vinculada ao Instituto do Ceará, quanto na produção independente, já constituem prenúncios da transição para a terceira fase de nossa historiografia, por isso sublinhei a presença da Universidade Federal do Ceará, criada no final de 1954 e instalada de fato em 1955. No que concerne ao Brasil como um todo, a geração de Capistrano de Abreu e sobretudo a ação inovadora deste já representavam as inflexões modernizadoras no rumo da atual historiografia, que se acentuarão com a criação da universidade na década de 30 e com o influxo transformador que representaram obras como a de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. A expansão do ensino universitário das Ciências Sociais e a inclinação teórica de perfil interdisciplinar forneciam novos quadros interpretativos para releitura inovadora dos materiais colhidos pela pesquisa histórica e forneciam novas trilhas, novos modelos e

²⁵ De que Maria Yedda Linhares deu excelente tradução: *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

novas temáticas. Um sintoma dessas transformações de mentalidade e de concepção está no fato de que, nesse universo nitidamente dominado por homens, começam a aparecer significativos nomes de nossas colegas historiadoras.

Conforme assinala no início, no Ceará, esses novos ventos foram chegando lentamente, mas se tornaram efetivos e produziram modificações renovadoras, que passaram a se manifestar sobretudo na aproximação e diálogo interinstitucional, em particular o que se intensificou entre a Universidade e antigos sodalícios. Mais uma vez parece evidente que a marca dessa historiografia que se esboça e começa a dar seus frutos a partir dos anos 80 do século findo está na verticalização do caráter monográfico e setorial dos seus estudos, bem como na tendência a superar o excesso do positivismo documental – que desprezava o esforço de compreensão e interpretação – na direção de análise interdisciplinar. Eis por que já são cada vez mais raras as tentativas de obras de conjunto e se evitam as grandes sínteses como a que empreendeu Varnhagen nos inícios da historiografia nacional. Cada vez mais, obras desse gênero só aparecem em manuais com intenções didáticas. E um caso significativo das novas tendências é, por exemplo, a obra *História do Ceará* (Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989), coordenada por Simone de Souza; ou uma nova versão mais recente e mais alentada, também organizada por Simone de Souza: *Uma Nova História do Ceará* (Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000). No seu belo projeto gráfico e na riqueza de seus materiais não há nada do que promete seu título sugestivo: com efeito, trata-se de um conjunto de trabalhos monográficos de boa qualidade, porém sem uma visão de conjunto ou fio condutor que forneça a articulação de seus fragmentos. Seria mais correto intitulá-la *Novos Ensaios de História do Ceará*.

* * *

Depois de umas quatro décadas de hercúleo trabalho de investigação para retirar da poeira dos arquivos a documentação que lhe permitisse traçar em rumos seguros a trajetória de nossa formação histórica, Capistrano de Abreu exprimia com amargura

a sua decepção, em carta de 17 de abril de 1920, ao seu caro amigo, o historiador português João Lúcio de Azevedo, nos seguintes termos:

«A história do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo toda a grampiola.»²⁶

Nutro, porém, a esperança de que, passados esses oitenta anos após o crítico diagnóstico de Capistrano, a história do Ceará e a nacional tenham conseguido encontrar fundamentos mais sólidos para a sua construção.

Fortaleza, 13 de abril de 2001.

Quero aproveitar este espaço final deste meu escrito sumário para prestar uma homenagem de reconhecimento ao meu colega e amigo **Pedro Alberto de Oliveira Silva**, que acaba de nos dar uma obra preciosa como instrumento de trabalho para os pesquisadores da área, lançando o importante livro *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará (Do tomo LXIX ao CXI) – 1955-1997*, Fortaleza: Instituto do Ceará, 2000, em que complementa o já raro trabalho de José Honório Rodrigues, que fez essa indexação para os tomos anteriores do referido periódico. Estes dois instrumentos preciosos para os historiadores e demais estudiosos que desejam pesquisar a História do Ceará constituem obras de referência indispensáveis, que podem ser completadas com outra do gênero, posto que de formato diverso conforme se infere do próprio título. Refiro-me ao livro de Maria da Conceição Sousa: *Índice Temático da Revista do Instituto do Ceará, tomos I a C e Especiais*, Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1988 (Edição Comemorativa do Primeiro Centenário do INSTITUTO DO CEARÁ).

²⁶ *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ed. José Honório Rodrigues, 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, tomo I, p. 161.